

MEGAPROJETOS: IMPACTO DO CAPITALISMO NA AMAZÔNIA

A Alternativa do *Bem Viver*

Francisco Xavier Martinez
javenseg1@hotmail.com

RESUMO: *O presente artigo depois de mencionar a importância e riqueza do ecossistema Amazônico desde um ponto de vista ambiental e sócio cultural, pretende evidenciar as “faces” do capitalismo neste ecossistema, mostrando-se hoje como megaprojetos. Num segundo momento apresenta-se alternativas que surgem do próprio contexto amazônico e da sabedoria ancestral dos povos originários, iniciativas e tomadas de posição frente a agressão do modelo imposto para Amazônia. Por último questiona-se como essas dinâmicas descritas influenciam ou não o nosso trabalho missionário, as escolhas dos nossos projetos de região... neste momento em que a Direção Geral convida a rever a prática missionária e recriar as nossas presenças à luz do nosso carisma aqui neste continente.*

ABSTRACT: *This article after mentioning the importance and richness of the Amazon ecosystem from an environmental and socio-cultural point of view, aims to highlight the “faces” of capitalism in this ecosystem, being presented, nowadays, as megaprojects. Secondly, this article presents alternatives that arise from the very Amazonian context and ancestral wisdom of indigenous peoples, initiatives and the taking a stand in front of the aggressive model imposed to the Amazon territory. Finally, this text wonders how these dynamics, previously presented, influence or not our missionary work, the choices of our projects as Xaverian Region... in this moment in which the General Direction invites us to review the missionary practice and recreate our presence in the light of our charism here on this continent.*

INTRODUÇÃO

A região amazônica é grandiosa, bela, impressionante e contraditória. A chamada Amazônia Legal brasileira ocupa 61% do território nacional, o que equivale à metade da Europa. Ela é superior à região Norte do país (Amapá, Pará, Tocantins, Ron-

dônia, Acre, Amazonas e Roraima), abrangendo também o Mato Grosso e parte ocidental do Maranhão.

Segundo estimativas diversas, a bacia amazônica possui 20% da água doce do globo terrestre. Nela encontramos o maior rio do mundo e outros que se encontram entre os maiores da terra: Araguaia-Tocantins, Tapajós, Xingu, etc. A bacia hidrográfica do rio Amazonas, a mais extensa do planeta, se inicia nos Andes e se estende por 6.110.000 km², percorrendo o território peruano, boliviano, colombiano, equatoriano, venezuelano, guianense e brasileiro. 63% da abrangência da bacia do Amazonas está no Brasil. O volume de água dessa bacia em território brasileiro corresponde a 73% do total nacional.

A Amazônia é a maior floresta tropical, a principal reserva biogenética do planeta e possui a maior província mineral do mesmo. A Amazônia é importante não apenas para o Brasil, mas para o próprio equilíbrio do ecossistema do planeta, cada vez mais frágil.¹

Desde um ponto de vista sociocultural Amazônia possui uma riquíssima “sociobiodiversidade”, albergando muitos povos originários onde estão presentes muitas e diversificadas formas de vida ainda intactas, povos afrodescendentes, migrantes nos ciclos da borracha, ribeirinhos, posseiros, colonos e migrantes e a população urbana.

O patrimônio amazônico é incalculável, mas permanece como uma região pobre, subdesenvolvida e marginal. Por quê? A dizer do professor Gilberto Marques, “porque as políticas de ocupação e “desenvolvimento” da região estiveram historicamente e permanecem ainda hoje a serviço do grande capital nacional e estrangeiro. Essa é a razão principal da degradação do ecossistema amazônico”.²

¹ Cf. FRANCISCO. *Carta encíclica, Laudato Si, louvado sejas*. Sobre o cuidado da casa comum. São Paulo: Edições Loyola, 2015, n. 38.

² Gilberto de Souza Marques, formado em economia, doutor, é professor da UFPA. Universidade Federal do Pará em Belém. A citação é do esboço de um trabalho ainda não publicado: *Amazônia. Uma história de saque sobre a natureza e o trabalhador*.

Neste mesmo sentido se manifestam os bispos do continente reunidos em Aparecida, na V conferência Geral do Episcopado Latino-americano em 2007 (DAP 84). Assim mesmo os bispos brasileiros da região amazônica se manifestam em vários dos seus encontros eclesiais.³

Neste artigo queremos evidenciar os “rostos” do capitalismo na Amazônia, hoje com o imenso poder da tecnologia ao seu serviço. É o “paradigma tecnocrático” que fala Papa Francisco na encíclica “Louvado Sejas”, analisando a conjuntura do mundo de hoje, alertando da dificuldade de sair da sua lógica e de questioná-lo como único modelo.⁴

Queremos apresentar alternativas que surgem do próprio contexto amazônico, iniciativas e tomadas de posição frente a agressão do modelo imposto para Amazônia.

Por último queremos ver como todas estas dinâmicas nos influenciam ou não, no nosso trabalho missionário, nas escolhas nos projetos de região ... neste momento que a Direção Geral nos convida a rever a prática missionária e recriar as nossas presenças à luz do nosso carisma aqui neste continente.

I. IMPACTOS NA AMAZÔNIA

A partir da década de 1950 a Amazônia passou por grandes mudanças. Visando à “ocupação planejada da Amazônia”, o governo brasileiro elaborou o Plano de Valorização Econômica da Amazônia. Para a realização deste plano, foram criadas inúmeras instituições de apoio: institutos de pesquisas, aeroportos, bancos, redes de comunicação. A implantação da estrada Belém-Brasília

³ Cf. DOCUMENTO DO IX ENCONTRO DOS BISPOS DA AMAZÔNIA. *Discípulos Missionários na Amazônia*. Manaus, 11 a 13 de setembro de 2007. Brasília: CNBB, 2007, n. 23, 24. Ver também, BISPOS DA AMAZÔNIA. *Conclusões do Encontro de Santarém 2012*. “Carta ao povo de Deus na Amazônia”. Brasília: CNBB, 2012, p.27.

⁴ Cf. CARTA ENCICLICA “LAUDATO SI”, n. 106-114: *A globalização do paradigma tecnocrático*.

também provocou um grande fluxo migratório para a região, induzindo sua dinamização. Surgiram novos núcleos urbanos e diversos municípios foram criados pela ação governamental.

Em maio de 1966, foi iniciada a “Operação Amazônia”, um amplo e ambicioso projeto de integração da Amazônia ao resto do Brasil, que abriu as portas da região ao capital internacional e nacional. Essa política atraiu grandes empresas nacionais e estrangeiras, incentivou projetos agropecuários, minerais, madeireiros e industriais, e organizou uma política de colonização visando preencher os espaços vazios das terras amazônicas. Foram projetadas grandes estradas que interligavam cidades distantes e que deveriam facilitar o escoamento da produção. Aos poucos, o sistema de transporte e de circulação mudou dos rios para as estradas, provocando o nascimento de novas cidades. Só o Estado do Amazonas manteve os rios como eixos fundamentais de circulação.

Com o objetivo de desenvolver a Amazônia Ocidental, foi criada, em 1967, a Zona Franca de Manaus, que atraiu interesses econômicos e financeiros para a Amazônia, através de incentivos fiscais especiais e de uma área livre para o comércio de importação e exportação.

Aprofunda-se, assim, a contradição entre o modelo de desenvolvimento defendido pelos governos, por grupos empresariais nacionais e internacionais e pelas elites políticas locais, e a maneira de viver e de pensar a vida, própria das populações tradicionais quase sempre consideradas atrasadas e incapazes de aproveitar as riquezas da região.

A seguir queremos apresentar os “rostos” do capitalismo hoje na Amazônia, que se mostram em muitos casos como megaprojetos:

Hidrelétricas

O Observatório de Investimentos na Amazônia do Instituto de Estudos Socioeconômicos, em nota técnica de julho de 2012, alertava já da necessidade e urgência de “uma discussão

mais aprofundada sobre os impactos em escala que advirão das hidrelétricas em construção ou planejadas na Amazônia Legal (...) São, até agora, nada menos que 30 hidrelétricas com potências e impactos variados, mas que em conjunto trarão uma nova configuração ambiental, social e territorial para Amazônia”.⁵

O estudo enumera uma série de impactos, em base às experiências já acontecidas, entre os quais destaca o impacto migratório gerado pela atração direta de trabalhadores e indireta de pessoas em busca de oportunidades. Aos previsíveis impactos sociais e ambientais decorrentes deste fluxo migratório, cabe lembrar, que se sobreporão a um quadro de alta precariedade no acesso a bens e serviços públicos (saúde, educação, saneamento, moradia, alimentação, entre outros). Também se assinala no estudo os impactos socioambientais causados pela interferência direta e indireta das obras em Unidades de Conservação, Terras Indígenas, Territórios Quilombolas e, também, pelas populações e comunidades tradicionais que vivem fora destes espaços protegidos. Por último, fala de outros impactos menos conhecidos como por exemplo os impactos ambientais oriundos de modificações na hidrologia, na carga sedimentar dos rios, da perda de espécies da flora e fauna aquática e das emissões de CO₂ derivados tanto da inundação de áreas quanto do aumento do desmatamento.

No coração do estado do Pará se ergue a faraônica usina hidrelétrica de Belo Monte, a terceira maior do mundo, em fase de finalização. No rio Xingu e seu entorno, na prelazia onde trabalham os xaverianos, também se verificam as mazelas da barragem. Escreve a jornalista Eliane Brum⁶:

⁵ NOTA TÉCNICA: *A Corrida por Megawatts: 30 hidrelétricas na Amazônia Legal*. Observatório de Investimentos na Amazônia, INESC. Disponível em: <http://www.inesc.org.br>. Acesso em: 24/11/2015.

⁶ Jornalista, escritora e documentarista brasileira. Formada na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, ganhou mais de 40 prêmios nacionais e internacionais de reportagem.

O Brasil tem refugiados, em seu próprio país. E sua dor é maior porque não reconhecida. Nesta minha última viagem para o Xingu encontrei pessoas traumatizadas, incapazes de reinventar uma vida se não forem escutadas (...). Não é mais uma história dramática entre tantas do Brasil. É a história de um país que chegou ao presente, depois de tanto ser futuro, e se descobriu atolado no passado. O epílogo de um partido que chegou ao poder com a promessa de dar dignidade aos mais pobres e aos mais desprotegidos e os traiu na porção mais distante do centro do poder político e econômico, a Amazônia. Esta é também a anatomia de uma perversão: a de viver numa democracia formal, mas submetido a forças acima da Lei.

Padre Claret, sacerdote mineiro que trabalha na prelazia do Xingu, ativista do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) escreve:

Belo Monte foi prometida como a redenção dos povos do Xingu (...) hoje essa falácia se escancarou. O que se vê é mais violência, mais insegurança, menos assistência à saúde, menos vagas nas escolas, e a piora da condição de vida do povo. (...) Infelizmente, Belo Monte não é exceção. Ela é apenas um (mau) exemplo dos grandes projetos de barragens na Amazônia. O planejamento e definição das obras prioritárias seguem a lógica apetitosa do capital e, não, a melhora da qualidade de vida dos povos da amazônia e do povo brasileiro.⁷

Mineradoras

Desde o golpe militar de 1964 as pesquisas geológicas se intensificaram na amazônia localizando importantes reservas minerais. Na Amazônia foram criados grandes projetos de mineração: o Polo Amapá, o Polo de Trombetas (PA) e o Programa Grande Carajás para a execução dos projetos existentes na região, especialmente o Projeto Ferro Carajás, a Albrás, a Alunorte, a Alumar e a Usina de Tucuruí.

⁷ Para ver o impacto ocasionado nas populações indígenas, SANTI T. *Belo Monte: a anatomia de um etnocídio*. Reportagem publicada pelo jornal El País: 1/12/2014. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/538076-belo-monte-a-anatomia-de-um-etnocidio>. Acesso em: 26/11/2015.

A área de influência direta do Programa Grande Carajás alcançou 10,6 % do território brasileiro e mais de 240 municípios do Maranhão, Pará e Tocantins. A província mineral de Carajás e outras áreas do PGC registram grande incidência de ferro, bauxita, ouro, níquel, cobre, manganês, cassiterita e minerais não-metálicos. O Programa instituiu um regime especial de incentivos tributários e financeiros para empreendimentos localizados na sua área de atuação.⁸ Além disso no Brasil existe a Lei Kandir (lei complementar federal nº 87, de 13 de setembro de 1996) que desonera as empresas em recolher o Imposto de Circulação de Mercadoria e Serviço (ICMS) dos produtos primários e semielaborados. No estado do Pará o minério é responsável por uma renúncia fiscal de R\$ 9 bilhões por ano por conta desta lei, já que o extrativismo mineral no Pará é o principal item da balança comercial do estado, chegando a contribuir com 90% do Produto Interno Bruto (PIB).⁹

A mineradora Vale responsável da execução do PGC, já tem um novo projeto conhecido como S11D, que visa a explorar a maior jazida de minério de ferro do mundo na serra Sul de Carajás no estado do Pará. Em 2016, o Projeto Ferro Carajás S11D terá uma estimativa de extração de 90 milhões de toneladas métricas de minério de ferro. A quantidade preenche 225 navios conhecidos como Valemax, o maior minereiro do mundo. Assim, a Vale passará a explorar na Serra de Carajás, com o Projeto de Ferro Serra Norte, efetivado desde 1985 e o S11D, 230 milhões de toneladas métricas de minério anualmente. A produção atual é de 109 milhões de toneladas por ano.¹⁰

⁸ Cf. MARQUES G. *Amazônia. Uma história de saque sobre a natureza e o trabalhador*, p. 19.

⁹ Cf. OBSERVATÓRIO DE MINERAÇÃO DO SUL E SUDESTE DO PARÁ. *Pesquisa de impactos econômicos sociais e ambientais*. Marabá: Arquivo da Comissão Pastoral da Terra do Sul do Pará, 2013, p.10.

¹⁰ Cf. Reportagem de Márcio Zonta, publicada pelo jornal Brasil de Fato: 21/10/2013. Márcio Zonta e coordenador nacional do Movimento dos Atingidos por Mineração, MAM.

O interesse das mineradoras é principalmente a extração mineral simples, ou seja, sem beneficiamento, confirmando o papel da região como uma colônia energético-mineral. Assim se expressa Gilberto Marques, “essa é a função da Amazônia na atual Divisão Internacional do Trabalho imposta pela acumulação de capital na lógica da globalização do saque, ditada pelo imperialismo”.¹¹

Em estudo elaborado pela CPT¹² do sul do Pará, sobre a exploração mineral na Amazônia se afirma o seguinte:

Na Amazônia, a expansão da exploração mineral, como foi demonstrada, nada mais é do que a expansão do próprio capitalismo destruidor e perverso, que expropria e explora intensivamente a terra, as águas, as florestas e a força dos trabalhadores (...) São projetos baseados no extrativismo, de curta duração, que não agregam riquezas para as localidades, mas desestruturam relações de trabalho, comunidades e desterritorializam pessoas num processo de estruturação de uma sociedade do caos: aglomerados populacionais com alto índice de desemprego, criminalidade, com péssimas condições de habitação, saneamento básico e educação.

Agropecuária, agronegócio, desmatamento

O investimento estatal criou condições para o estabelecimento de um crescente rebanho bovino na Amazônia Legal. O Mato Grosso detém o maior rebanho bovino seguido pelo Pará. As estatísticas afirmam que em 2001 havia 51.689.034 bovinos na região, em 2009 totalizaram 74.679.513 cabeças. Existe aproximadamente três cabeças de boi para cada habitante na Amazônia brasileira.

A política governamental de estímulo à produção bovina foi acompanhada não apenas da expansão do rebanho, mas, também

¹¹ MARQUES, p. 31.

¹² Comissão Pastoral da Terra. Organismo da Igreja Católica criado em 1975 que atende as problemáticas relacionadas com os conflitos agrários e a questão fundiária em geral.

da área aberta para pastagens e da própria degradação ambiental. Em síntese, o aumento do rebanho bovino está diretamente associado à degradação da floresta Amazônica, o que inclui a chamada floresta de transição, a porção que fica entre o cerrado e a floresta alta. Essa situação se intensifica com o fato de que o produtor tradicional prefere abrir uma nova área de pastagem derrubando a floresta do que gastar para recuperar os pastos degradados por esta mesma atividade.¹³

Uma área maior que a França já foi derrubada na Amazônia. Para alguns cientistas, nesse ritmo a floresta pode desaparecer em 40 anos. O relatório do Sistema de Detecção de Desmatamento em Tempo Real (DETER) constatou que entre novembro de 2008 e janeiro de 2009 a Amazônia perdeu 754 km² desmatados, área equivalente à metade do município de São Paulo. Três alguns anos de redução no ritmo do desmatamento, os últimos dados apontam um crescimento do 16%, no período entre julho de 2014 e agosto de 2015, na comparação com o mesmo período, entre 2013 e 2014.¹⁴

As atividades que mais desmatam são aquelas relacionadas com pecuária, soja e madeiras. O aumento das exportações de soja, estimulado pelo governo brasileiro, têm produzido uma corrida por novas terras, de modo que o agronegócio tem avançado significativamente. O resultado é a derrubada da floresta e o desaparecimento de comunidades de moradores nativos que ficavam na área de expansão sojeira. Qual o destino dessa produção? O gado amazônico, além de abastecer o mercado regional, também é vendido para o Sul-Sudeste do Brasil e para o exterior. A soja plantada no norte do Mato Grosso e no sul do Pará serve de ração para o gado europeu. Os países ditos “ecologicamente corretos” criam seus gados confinados porque são alimentados, entre outros, com a soja que derruba as árvores da Amazônia.

¹³ Cf. MARQUES, p. 34.

¹⁴ Informação disponível na web do Instituto Socioambiental, organização da sociedade civil brasileira, sem fins lucrativos, para propor soluções de forma integrada a questões sociais e ambientais.

Afirma Gilberto Marques, “o que se observa é que o agronegócio é a reprodução de nosso passado agrário-exportador no moderno campo brasileiro. Continuamos a exportar matérias-primas e alimentos, enquanto nossa população passa fome”.

Toda esta situação agraria provoca violentos conflitos que a CPT vem acompanhando e registrando num relatório anual que titula “Conflitos no Campo Brasil” junto com o ano pesquisado. Entre 1985 e 2005, só na Amazônia, foram assassinadas, quase sempre impunemente, 933 pessoas em conflitos de terra.¹⁵ Afora isso, entre 1995 e setembro de 2008 foram libertados 30.687 trabalhadores em situação de escravidão no Brasil. Sem os dados do Amapá e Roraima, mas incluindo todo o Maranhão, a Amazônia Legal concentrou 20.438 casos.

A IIRSA e o PAC

A Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana, mais conhecida como IIRSA, é um processo multisetorial que pretende desenvolver e integrar as áreas de transporte, energia e telecomunicações da América do Sul.

O plano foi criado oficialmente em 2000, durante a Reunião dos Presidentes da América do Sul, em Brasília, com a finalidade de integrar fisicamente a região. A base do planejamento são dez Eixos de Integração da América do Sul que abrangem faixas geográficas de vários países que concentram ou possuem potencial para desenvolver bons fluxos comerciais, visando formar cadeias produtivas e assim estimular o “desenvolvimento regional”.

No Brasil, parte dos projetos da IIRSA se apresentam através do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), carro-chefe do governo do PT, de Lula a Dilma. Ainda que as fontes oficiais não liguem diretamente o PAC com a IIRSA, em uma breve leitura dos dois projetos é possível perceber com nitidez que as obras

¹⁵ Cf. CAMPANHA DA FRATERNIDADE 2007. *Fraternidade e Amazônia*. “Vida e missão neste chão”.

do PAC fazem parte do plano de (des)integração sul americano. Não é à toa que o governo brasileiro dá tanta importância ao PAC, pois o Brasil cumpre hoje um papel central dentro da IIRSA.

Se todos os planos da IIRSA forem realizados com sucesso, metade das áreas de conservação ambiental brasileiras serão afetadas. Além do impacto ambiental, está prevista a destruição de centenas de territórios indígenas em vários países. Esses projetos megalomaniacos ignoram completamente a geografia e a cultura dos territórios sul americanos e, longe de promover uma integração real entre os povos do continente, priorizam mais uma vez a geração de lucro através do saque e da destruição.¹⁶

Olhando o mapa deste subcontinente vemos a localização extensa e estratégica da Amazônia. Não é por outro motivo que inúmeras obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo brasileiro estão localizadas nesta região: rodovias, hidrelétricas, portos, hidrovias, etc.

Num estudo elaborado pelo Observatório de Investimentos na Amazônia, de setembro de 2012, se afirma que “ao menos 43 obras do Eixo Transporte programadas para a Amazônia brasileira afetam uma ou mais de uma Terra Indígena, direta ou indiretamente, seja ao território, seja a população que vive nela(s)”.¹⁷

II. ALTERNATIVAS E POSICIONAMENTOS FRENTE AO ATUAL MODELO

Depois de ter apresentado algumas características e as consequências desastrosas do atual modelo em vigor para Amazônia, e não só para Amazônia, queremos questionar e propor alternativas. Ante a gravidade da situação mundial, descrita na sua última

¹⁶ Cf. PAIM E. *IIRSA: é esta a integração que nós queremos? IIRSA-desvendando interesses*. ONG Amigos da Terra Brasil. Disponível em: <http://www.riosvivos.org.br>. Acesso em: 02/12/2015.

¹⁷ VERDUM R. *As obras de infraestrutura do PAC e os povos indígenas na Amazônia brasileira*. Observatório de Investimentos na Amazônia, INESC, 2012. Disponível em: <http://www.inesc.org.br>. Acesso em: 03/12/2015.

encíclica, o Papa Francisco está convidando a comunidade internacional a refletir e propor novos modelos de progresso. Queremos recolher aqui o número 194 da encíclica “Laudato Si”:

Para que apareçam novos modelos de progresso, precisamos “converter o modelo de desenvolvimento global”, e isso implica refletir responsabilmente “sobre o sentido da economia e dos seus objetivos, para corrigir suas disfunções e deturpações”. Não é suficiente conciliar, a meio-termo, o cuidado da natureza com o ganho financeiro, ou a preservação do meio ambiente com o progresso. Neste campo, os meios-termos são apenas um pequeno adiamento do colapso. Trata-se simplesmente de redefinir o progresso. Um desenvolvimento tecnológico e econômico que não deixa um mundo melhor e uma qualidade de vida integralmente superior não pode ser considerado progresso. Além disso, muitas vezes a qualidade real de vida das pessoas diminui –pela deterioração do ambiente, pela baixa qualidade dos produtos alimentares ou pelo esgotamento de alguns recursos –no contexto de um crescimento da economia.

O paradigma do Bem Viver

O *Bem Viver* é um antigo paradigma que nos mostra a sabedoria ancestral dos povos indígenas do nosso continente, como também a sua identidade. É a tradução dos termos andinos *Sumak Kawsay* (quechua), *Suma Qamaña* (aymara). Ideias semelhantes se encontram em outros povos.¹⁸

A expressão de cada povo encerra uma riqueza de matizes. Assim o *Bem Viver*, “Sumak Kawsay” em quéchua, expressa uma forma de ser e estar no mundo. Vincula o ser humano com a natureza numa relação recíproca de harmonia. Somente se realiza coletivamente. A noção do *Bem Viver* fala de repartição das riquezas, do respeito à diversidade, da ética na convivência humana, da descolonização da vida, da história e do futuro... exige o exercício e a garantia dos direitos das pessoas e dos povos ... O *Bem Viver* remete à compreensão da terra como mãe.

¹⁸ Podemos citar o Teko Porã (guarani), o Shiir Waras dos ashuar equatorianos e o Kúme Mongem dos mapuche do sul de Chile.

Segundo Eduardo Gudynas¹⁹ o *Bem Viver* engloba um conjunto de ideias que está sendo forjado como reação e alternativa aos conceitos convencionais de desenvolvimento. Alberto Acosta, economista equatoriano, afirma que o *Bem Viver* não pode ser reduzido ao “bem-estar ocidental”, deve apoiar-se na cosmovisão dos povos indígenas, onde a luta por melhores condições sociais é uma categoria em permanente construção e reprodução. Seguindo uma postura holística, Acosta insiste que os bens materiais não são os únicos determinantes da compreensão do *Bem Viver*. Há “outros valores em jogo: o conhecimento, o reconhecimento social e cultural, os códigos de condutas éticas e inclusive espirituais na relação com a sociedade e a Natureza, os valores humanos, a visão do futuro, entre outros”. O intelectual aymara David Choquehuanca, ministro de relações exteriores da Bolívia sustenta que o *Bem Viver* significa “recuperar a vivência de nossos povos, recuperar a Cultura da Vida e recuperar nossa vida em completa harmonia e respeito mútuo com a mãe natureza, com a Pachamama, onde tudo é vida, onde todos somos *uywas*, criados da natureza e do cosmos”.

Ambos entendem que o *Bem Viver* implica um questionamento substancial às ideias contemporâneas de desenvolvimento e em especial ao seu vínculo com o crescimento econômico e sua incapacidade de resolver os problemas da pobreza, sem esquecer que suas práticas acarretam severos impactos sociais e ambientais.

Estas contribuições nos permitem ver que existem ao menos três planos para abordar a construção do conceito de *Bem Viver*: as ideias, os discursos e as práticas.

No plano das ideias se encontram os questionamentos radicais às bases conceituais do desenvolvimento, especialmente sua ligação com a ideologia do progresso. De alguma maneira, essas críticas vão além do desenvolvimento e atingem outras questões essenciais, como as formas de entender-nos a nós mesmos como pessoas e a maneira como concebemos o mundo.

¹⁹ Eduardo Gudynas, sociólogo uruguaio, é investigador no Centro Latino Americano de Ecologia Social (CLAES). O artigo que estamos acompanhando: Bem-Viver: germinando alternativas ao desenvolvimento. In: ALAI, 462 (fevereiro 2011) pp. 1-20.

Um segundo plano se refere aos discursos e às legitimações dessas ideias. O *Bem Viver* se distingue dos discursos que celebram o crescimento econômico ou o consumo material como indicadores de bem-estar ... O *Bem Viver* abre as portas a outras formas de falar, escrever ou pensar nosso mundo.

No terceiro plano se encontram as ações concretas. Podem ser projetos políticos de mudança, planos governamentais, códigos de leis e a busca de alternativas ao desenvolvimento convencional. Aqui se encontra um dos grandes desafios das ideias do *Bem Viver*, no sentido que se convertam em estratégias e ações concretas, sem repetir as posturas convencionais tão criticadas. E, além disso, requer-se que sejam viáveis.

O *Bem Viver*, enquanto conceito plural e em construção, discorre no campo dos debates teóricos, mas também avança nas práticas, quer sejam naquelas dos povos indígenas e nos movimentos sociais, como na construção política, dando seus primeiros passos nas recentes constituições da Bolívia e do Equador. Para além da diversidade de posturas no interior do *Bem Viver*, aparecem elementos unificadores chaves, tais como: o questionamento ao desenvolvimento entendido como progresso ou a reivindicação de outra relação com a Natureza. O *Bem Viver* não é, portanto, um desenvolvimento alternativo a mais, dentro de uma longa lista de opções, mas se apresenta como uma alternativa a todas essas posturas.²⁰

Para o sociólogo Ivo Lesbaupin, o fato de incorporar o conceito do *Bem Viver* em duas constituições nacionais, representa para alguns sociólogos e pesquisadores “uma das grandes novidades no início do século XXI”.²¹

²⁰ Cf. GUDYNAS E. e ACOSTA A. A renovação da crítica ao desenvolvimento e o *Bem Viver* como alternativa Artigo publicado no sítio Journal of Sustainability Education, 19-03-2012. A versão espanhola foi publicada no sítio Rebelión, 26-03-2012. Disponível em: <http://www.rebelion.org>. Acesso em: 07/12/2015.

²¹ Cf. LESBAUPIN I. A sociedade do *Bem Viver*. Artigo publicado no jornal Le Monde Diplomatique Brasil, uma primeira versão em novembro de 2010, e em Iser Assessoria em setembro de 2011. Disponível em: http://www.pucminas.br/documentos/ivo_les_.pdf. Acesso em: 09/12/2015.

David Choquehuanca, ministro das relações exteriores da Bolívia, em ato público e posterior entrevista relatava algumas conquistas e reconhecimentos do seu país:

Em junho de 2014, a UNESCO declarou Patrimônio Mundial o sistema viário andino Qhapaq Ñan (“caminho para bem viver”), uma rede de caminhos de quase 60 mil quilômetros de extensão, eixo do poder político e econômico do Império Inca, que a Bolívia compartilha com a Argentina, Chile, Colômbia, Equador e Peru. Um mês depois o mesmo organismo das Nações Unidas declarou a Bolívia “território livre de analfabetismo”, objetivo alcançado mediante a metodologia do Programa “Eu Posso”. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento destacou, no relatório de 2014, que a Bolívia foi o país da América Latina em que houve a maior redução da pobreza (32% entre 2000 e 2012).

O chanceler também destacou que em dezembro de 2013 a Bolívia colocou em órbita seu primeiro satélite espacial de telecomunicações, construído pela Corporação de Ciência e Tecnologia Aeroespacial da China. Outro assunto que diz respeito ao país é a recente decisão (setembro de 2015) da Corte Internacional de Justiça de Haia que decidiu que é um tribunal competente para julgar o litígio que a Bolívia tem com o Chile para obter uma saída para o mar. Na Guerra do Pacífico (1879-1883), a Bolívia perdeu 400 quilômetros de costa e 120 mil quilômetros quadrados de território para o Chile. David Choquehuanca defendeu as aspirações da Bolívia, “sempre de maneira dialogada”. Também recorda que graças ao Decreto de maio de 2006 de nacionalização dos hidrocarbonetos, 82% dos lucros dos recursos naturais, que antes ficavam com as petroleiras, passaram às mãos do Estado.²²

²² Cf. CHOQUEHUANCA D. O Bem Viver indígena vai além do capitalismo e do socialismo. Entrevista publicada no sítio espanhol Rebelión 13-11-2015. Disponível em: <http://www.rebelion.org>. Acesso em: 11/12/2015.

Forum Social Panamazônico

Na Amazônia já existem iniciativas que contradizem o modelo de desenvolvimento imposto. Iniciativas que se orientam para outro tipo de sociedade, que tem por base outra forma de entender e valorizar o trabalho das pessoas, que revelam que são possíveis empreendimentos econômicos e culturais com a floresta em pé.

Em baixo desta epígrafe simbólica queremos apresentar e reunir todas essas iniciativas e alternativas já em curso. O Fórum Social Pan-Amazônico é um evento-processo que busca articular os movimentos sociais, comunidades tradicionais e povos originais dos nove países da Bacia Amazônica (Brasil, Equador, Venezuela, Bolívia, República Cooperativa das Guianas, Suriname, Colômbia, Peru e Guiana) com o objetivo de aproximar culturas, quebrar o isolamento das lutas de resistência, fortalecer o combate anti-imperialista, desenvolver a autonomia dos povos, promover a justiça social e ambiental, se opor aos modelos de desenvolvimento predatórios e daninhos aos povos que vivem na Pan-Amazônia e discutir alternativas que construam a justiça e a igualdade social.

Num sentido mais amplo é um movimento que faz a crítica ao modelo colonial imposto às populações amazônicas e levanta a bandeira de uma Pan-Amazônia governada por seus povos. O FSPA é um espaço autônomo e independente composto por movimentos, organizações sociais, representações de povos e comunidades. Faz parte da constelação do Fórum Social Mundial.

Até hoje já foram realizadas sete edições do Fórum Social Pan-amazônico.²³ As primeiras foram realizadas na cidade de Belém no estado do Pará, Brasil. A última realizada foi na cidade de Cobija em Bolívia e para 2016 o país escolhido é Peru.

²³ O I FSPA ocorreu no ano de 2002, em Belém/PA; o II FSPA também ocorreu em Belém, no ano seguinte, 2003; o III FSPA ocorreu na Venezuela, em Ciudad Guayana, no ano de 2004; o IV FSPA ocorreu em Manaus/AM, em 2005; o V FSPA ocorreu em Santarém, oeste do Pará/Brasil, em 2010; o VI FSPA ocorreu na cidade de Cobija/Bolívia, em 2012; e o VII FSPA ocorreu em Macapá/Brasil, em 2014.

Igreja com rosto amazônico

A nova compreensão de “Igreja” emanada do Concílio Vaticano II e Medellín, fizeram com que a “igreja amazônica” realizasse uma pastoral mais voltada para os problemas regionais, frente a realidade que emergia da política governamental desenvolvimentista de integrar e explorar a região.

Item significativo desta nova tomada de posição é a carta pastoral do então novo Bispo da prelazia de São Felix do Araguaia, Dom Pedro Casaldáliga. Em 1971 escreve “Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social”.

No encontro inter-regional de Santarém em 1972 podemos dizer que nasce oficialmente a “Igreja com rosto amazônico”. Em Santarém se projetou um Plano de Pastoral de grande repercussão para a região. Se destacaram dois diretrizes: Encarnação na realidade e Evangelização Libertadora. Nesse mesmo ano se criaram os institutos teológicos de pastoral regional o CENESCH em Manaus e o IPAR em Belém. Se criou o CIMI (Conselho Indigenista Missionário) e em 1975 a CPT (Comissão Pastoral da Terra).²⁴ Parte da Igreja passou a solidarizar-se com os mais pobres e oprimidos: índios, posseiros, sem-terra, migrantes, desempregados, etc., rompendo os vínculos históricos tradicionais. A Igreja da Amazônia passa pela experiência do martírio.²⁵

Em 1997, comemorando os 25 anos de Santarém, teve lugar o encontro inter-regional de Manaus, “A Igreja se faz carne e arma sua tenda na Amazônia”. Confirmação de uma linha evangelizadora-pastoral, de uma mística amazônica diante de um quadro que não mudou muito em 25 anos, em certos aspectos, produziu mais exclusão e violência.

²⁴ Cf. POSSIDÔNIO R.; TADA C. (org.). *Amazônia, Desafios e Perspectivas para a Missão*. São Paulo: Paulinas, 2005, 45.

²⁵ Podemos citar entre outros: Gringo, Avelino, Índios, João Eduardo, Ir. Adelaide, Catequistas, Pe. Ezequiel, Mearim, Pe. Josimo, Lavradores, Ir. Creuza, Crianças, Chico Mendes, Ir. Doroty.

Em setembro de 2007 foi realizado em Manaus o IX Encontro de Bispos da Amazônia. Deste encontro resultou um significativo documento intitulado: “Discípulos Missionários na Amazônia”. O documento destaca aspectos da caminhada da Igreja e propõe ações concretas no enfrentamento dos problemas.

Em julho de 2012, foi realizado em Santarém, mais um encontro dos pastores da Igreja na Amazônia, esta vez para fazer a Memória e celebrar os 40 anos da Assembleia de Santarém. Fruto desse encontro foi uma carta ao Povo de Deus na Amazônia com uma mensagem dos Bispos e as conclusões do encontro com as principais decisões da assembleia. Tudo recolhido no documento intitulado: “Igreja na Amazônia: memória e compromisso”.

Rede Eclesial Panamazônica (Repam)

A Rede Eclesial Pan-Amazônica (Repam) foi criada em setembro de 2014, com o objetivo de fortalecer a presença missionária no território amazônico, por meio de uma parceria entre diversas entidades como o Conselho Episcopal Latino-Americano, a Rede Cáritas e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A proposta da Repam é unir forças e criar caminhos de diálogo, cooperação e articulação entre todos os atores eclesiais presentes na região.

A Repam nasce para articular ações integradas em defesa da vida dos povos da Pan-Amazônia e do seu bioma, fruto da parceria com os institutos de vida consagrada missionária nela inserida, as instituições eclesiais e colaboradores fraternos da Europa e dos Estados Unidos. Trata-se de organismo de “articulação e comunhão que busca estreitar os laços de colaboração e alcançar uma visão comum do trabalho missionário e evangelizador na região”. Os membros da Repam recordam as palavras do Papa Francisco que fez apelo à Igreja na América Latina para que cuide da Amazônia e “de toda a Criação que Deus confiou ao homem”.

“Queremos viver uma ‘cultura de encontro’ com todos os povos indígenas, ribeirinhos, pequenos camponeses e com

todas as comunidades de fé. Em meio a tantas dificuldades e ameaças à sua cultura e às suas formas de vida, os discípulos e as discípulas missionários são testemunhas vivas de esperança”, expressam as lideranças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Queremos no fim do nosso artigo, nos perguntar em que medida todas estas “dinâmicas” descritas, acontecendo aqui na Amazônia de forma mais virulenta e expressiva, mas presentes na configuração do mundo de hoje, nos interpelam, nos questionam a nível de congregação, de regiões, e na prática concreta do nosso trabalho missionário.

Em que medida como congregação, nos deixamos questionar por uma economia global que gera exclusão, que só visa o lucro e o crescimento econômico com a conseguinte exploração dos recursos naturais e das pessoas. Uma economia que não dialoga e age de forma autoritária, que uniformiza e acaba com a diversidade cultural. Em que sentido colaboramos com outros agentes frente a um modelo, paradigma mundial hegemônico que explora a terra e explora os pobres, e propomos alternativas como nos convida Papa Francisco na última encíclica (LS 219).

Em que medida como regiões do continente indo-afro-latino-americano, interpeladas pelo último CG a revisar as nossas presenças, os nossos projetos de região a luz do nosso carisma específico, no “discernimento comunitário” tomamos em consideração esta dimensão “político-econômica” que tanto configura e conforma para bem ou para mal, a vida de nossos povos, de nossas sociedades, das pessoas individuais e do nosso planeta?

Em que medida na região amazônica nos deixamos interrogar por uma realidade que não é percebida imediatamente, como a apresentada neste trabalho, para rever, reorientar ou no caso confirmar, qualificar, incentivar as nossas escolhas, projetos, prioridades e trabalhos missionários.

Em que medida na prática concreta do dia a dia, no trabalho missionário, vamos ser “homens de diálogo” como incentiva a Direção Geral na programação para o sexênio 2013-2019, para superar essa concepção e praxes de missão “ainda individualista e resistente ao confronto”, como evidenciou o XVI CG e a CO-SUMA 2015.